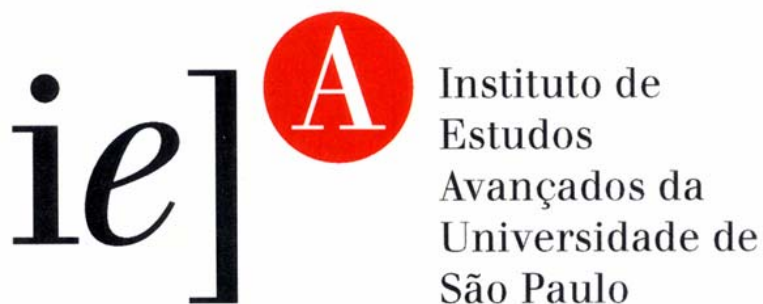


Nas Trilhas Latino–Americanas do Direito Social à Informação

Cremilda Medina



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Nas Trilhas Latino-Americanas do Direito Social à Informação^{*}

Cremilda Medina[†]

As sociedades do Sul, em particular a América Latina, vocalizam, com vigor, o que se convencionou chamar de direito social à informação como expressão democrática das maiorias no lugar dos privilégios da distribuição da renda simbólica entre os cidadãos com acesso à rede de comunicação ou com espaço de opinião nas mídias contemporâneas. Aqueles que produzem sentidos perante o acontecimento atual mantêm a tradição de agentes culturais da produção simbólica, fazem chegar pacotes informativos a seus pares de forma dirigida ou preparam narrativas autorizadas para as “massas”. A informação de atualidade se disciplina em empresas e em instituições, os profissionais – quase sempre jornalistas, mas também relações públicas, publicitários e outros que se improvisam na comunicação social – consagram um fluxo de divulgação que, em última análise, é autoritário.

Mas a era plenamente autoritária, a do direito divino da informação, se traveste em nosso tempo da ideologia da livre expressão. Nas ditaduras e nas sociedades regidas por fundamentalismos impermeáveis, a luta pelo direito de livre expressão mobiliza tanto estruturas de comunicação privada ou pública, quanto os produtores das narrativas aí veiculadas. A todos interessa quebrar o monopólio da informação de atualidade, estratégica para o exercício da cidadania. Quando, porém, determinadas sociedades se organizam para exercer os direitos democráticos, a livre expressão não responde mais às demandas sociais, sobretudo dos grupos não organizados, daqueles que estão excluídos da renda simbólica.

A consciência do direito social à informação se desenvolve internamente nas comunidades, estados nacionais, regiões, e também alimenta o conflito entre os países ricos e os países pobres. A produção dos sentidos da atualidade – labor do que se convencionou nomear indústria cultural, prefiro cultura industrializada ou hoje virtualizada – não é privilégio dos abastados. Qualquer ser humano se constitui em produtor cultural,

^{*} Texto apresentado no painel “América do Sul: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais”, realizado no IEA/USP em 20 de setembro de 2006.

[†] Jornalista, pesquisadora e professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atua também como docente e orientadora do Programa Latino-Americano de Pós-Graduação da USP. Seu mais recente livro, “A Arte de Tecer o Presente, Narrativa e Cotidiano” (Summus Editorial, 2003), se remete à trajetória de prática e teoria na América Latina nas últimas quatro décadas.

porque, se alimentado, cria sentidos para si mesmo e para o que está à sua volta. Os agentes culturais que vivem na fartura material e nas situações de alguma forma garantidas, se consideram emissores de significados que devem ser divulgados, na sua versão, para os que estão nas periferias deserdadas. O vetor lidertípico, quase sempre impositivo, determina então os fluxos de informação.

Ora, direito social quebra essa hegemonia e provoca um profundo questionamento nas práticas conservadoras da divulgação para reinterpretar a rede de comunicação contemporânea. Não que esse seja um desafio exclusivo de nossa época. Ao que tudo indica, para quem conjuga a seta do tempo com o ciclo do tempo, os grupos humanos sempre se debateram entre o direito divino, o direito das liberdades individuais e o direito social.

O GESTO PRECURSOR DA NOVA ORDEM

As barreiras, os impasses e as milenares contradições do processo histórico não esmorecem a ação transformadora. Embora a tendência pessimista aflore, arrasadora em certos períodos, o caos é dinâmico como diria Ilya Prigogine. Se o olhar na arte inspira, algumas políticas também desenham caminhos latino-americanos e se anunciam em gestos precursores. As ciências da comunicação, por exemplo, atestam, na América Latina, uma ação ousada que inverteu do fim dos anos 1960 para os 70 o conflito Leste-Oeste para a luta Sul-Norte. A América Latina foi a região mais progressista, renovadora e pujante do mundo em teoria e política de comunicação social, segundo recente avaliação do Antonio Pasquali, pesquisador venezuelano cuja inserção na Unesco e na Alaic (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación) marca desse período até hoje a saga da *Nova Ordem da Informação*.

Em recente entrevista ao periódico da Alaic (*Ciências de la Comunicación*, año II, número 2, enero/junio 2005), Antonio Pasquali faz um consistente retrospecto de marcos históricos da ação latino-americana: a criação do Ciespal (Centro Interamericano de Estudios de Periodismo para América Latina) em 1959, cuja presença teórica e política vai explodir em 1970; em 1974, a proclamação da necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) pela Assembléia das Nações Unidas; a necessidade de respaldá-la por meio de uma Nova Ordem Internacional da Informação (Tunis, 1976); no mesmo ano, a Conferência para Políticas de Comunicação na América Latina e Caribe em San José da Costa Rica (a primeira de uma série de reuniões regionais); em 1978, a criação

na Unesco de uma Comissão Internacional para os Estudos e Problemas da Comunicação que produziria em 1980 o “Informe McBride” (em que participaram Gabriel García Márquez e Juan Somavía); em 1978 também se realiza a Conferência Latino-Americana e Caribenha de Políticas Culturais em Bogotá e surge, na Unesco, um Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC); é de 1980 a Resolução 4.19 que define a Nomic, aprovada por unanimidade na XXI Conferência da Unesco em Belgrado.

Pasquali, na entrevista à pesquisadora venezuelana Migdalia Pineda de Alcázar, cita o histórico das escolas de comunicação social em seu país, bem como a produção bibliográfica latino-americana que mostrará ao mundo a superação também da *colonialidade* teórica. Ao se transpor a retrospectiva para o Brasil e, em particular, para o pólo da área que implantava o primeiro curso de pós-graduação em Ciências da Comunicação (1972) na Universidade de São Paulo, percebem-se similitudes ao movimento da Venezuela, citado por Pasquali. Cheguei à Escola de Comunicações e Artes (ECA), proveniente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde ingressei como docente em 1967, e encontrei um ambiente inquieto. Forças intelectuais agitavam a pesquisa e alimentavam a resistência à ditadura militar brasileira de 1964. Pelas mãos do chefe do Departamento de Jornalismo na época, José Marques de Melo, logo me agreguei ao Ciespal. Em 1972, concretizava meu batismo latino-americano no Equador. O curso de especialização em Quito, sede do Ciespal, as viagens de pesquisa aos *pueblos* do país, os estudos na Colômbia e no Peru, na mesma época, enriqueceram a pós-graduação na USP. A partir daí, eu, que só conhecia o Uruguai e a Argentina, levei um banho de Andes e Caribe. O mergulho na latino-americanidade da Nova Ordem da Informação era inevitável.

Uma estratégia de ação precedeu, na USP, a política formulada no Relatório McBride. Em 1971 se punha em prática a primeira Agência Universitária de Notícias, plenamente sintonizada com a proposta de dar voz à ciência local, proclamar a autonomia madura perante o fluxo de colonização informativa. Para além da grande utopia, das agências nacionais do Sul que enfrentariam a dominação do Norte, experimentava-se, na ECA, uma inversão de vetores. A imprensa nacional compreendeu muito bem esse rebelde celeiro de informações geradas na universidade. Já os governos militares fizeram fogo cerrado contra a denúncia que chegava até os organismos de repressão: seguidamente a Agência Universitária de Notícias (AUN) era considerada “atentatória à segurança nacional”. Essa é outra história. Um *case* à parte. Mas o que importa é que não só este

laboratório pedagógico formou muitos jornalistas, como sobreviveu às tempestades da ditadura e deu origem a uma mídia profissional, a *Agência USP de Notícias*, que compõe com as demais mídias a Coordenadoria de Comunicação Social. A originalidade deste complexo uspiano – além da agência de notícias, rede de rádio universitária, televisão, portal, jornal, revista impressa e eletrônica, ações comunicativas e marketing cultural – é, em certa medida, herdeira direta do Direito à Informação na nova geopolítica vocalizada pelo Sul.

Pasquali lembra com propriedade, na entrevista de 2005, a produção teórica latino-americana. As marcas digitais da maturidade cultural que estão presentes na literatura, na arte, se revelam também na ensaística e na bibliografia de comunicação social. Em 1992, ao preparar a conferência de erudição para o concurso de professor titular na Universidade de São Paulo, decidi aproveitar a pesquisa que vinha desenvolvendo – mapear em 50 anos, 1930-1990, os títulos publicados (jornalismo e comunicação) de autores nacionais. A constatação numérica já foi animadora, cerca de 200 obras, salvaguardando as que, por certo, escaparam ao levantamento. Mas a segunda observação é mais pertinente à avaliação de Antonio Pasquali: a maior parte dos livros foram editados nos anos 1970 a 1980 e seus autores saíram da Escola de Comunicações e Artes da USP. Desnecessário acrescentar que, sem dúvida, se trata de uma universidade de pesquisa, em todas as áreas de conhecimento.

Os anos 1990 não mostram sintomas de *progresso*; pelo contrário, a tendência é julgá-los como a década perdida. A própria pesquisa, nesse contexto, não alcançou, nos países latino-americanos, a mínima “dignidade econômica”. Para quem, como Pasquali, foi arauto da Nova Ordem, o diagnóstico é cáustico, diria até apocalíptico: “(...) nossos Estados ou se desinteressam ou manipulam a comunicação para degradá-la, mas não se assumem como responsáveis da existência de grandes e custosos Serviços Públicos”. O autor segue comparando a rádio e a televisão na Inglaterra, França, Itália e seus orçamentos de milhões de dólares com a crise constante da comunicação pública na América Latina. Apesar de tudo, o estudioso vê a força do presente: “Não se deve esquecer nossa situação atípica no âmbito docente, na realidade única no mundo: a região conta com cerca de mil Escolas e Faculdades de Comunicação (só Brasil e México somam umas 600), com mais de 400.000 estudantes.” Em que pesem os problemas de qualidade, trata-se de uma massa crítica considerável. A pesquisa, por outro lado, cresceu com a formação de mestres e doutores, bem como trabalhos de conclusão de curso na graduação. Se repetisse o mapeamento de títulos publicados nas últimas duas décadas, certamente o volume duplicaria, apesar da carência de recursos para a pesquisa na área.

A MULTIPLICAÇÃO DOS PÃES

De um levantamento que me permito particularizar, nos 21 doutores e 21 mestres formados entre Escola de Comunicações e Artes e Programa Latino-Americano de Pós-Graduação, só na USP se irradiaram, no Núcleo de Epistemologia que coordeno há vinte anos, linhas de pesquisa de brasileiros e hispano-americanos fecundadas em muitas universidades. Infelizmente, desse total de 42 pesquisadores qualificados, apenas um foi admitido nos quadros da Universidade de São Paulo - por falta de vagas na crise da universidade pública ou, às vezes, por critérios não acadêmicos dos concursos, a instituição perde os novos valores. Estes, felizmente, vão multiplicar os pães em outras freguesias – universidades privadas, universidades federais, empresas de comunicação ou pólos autônomos de profissionais.

O que realmente importa é o resultado consistente e criativo que se espalha. Alguns exemplos dignos de nota: Pedro Henrique Ortiz, mestre e doutor pelo Prolam, trabalha com os incomunicados na América Latina através das mídias audiovisuais e digitais; Márcia Blasques, mestre e doutoranda pela ECA, está instaurando uma nova noção comunicativa entre ciência e sociedade; Ângela Meirelles, mestre pelo Prolam, escutou e compreendeu o sentido do medo urbano que se reflete nos programas da tevê latino-americana que abordam o crime; o argentino Dario Pignotti, doutor pela ECA, mostrou as transformações da informação internacional nos jornais do Continente; o paraguaio Mário Villalba Filho, mestre pelo Prolam, apresentou as convergências e divergências do telejornalismo na América Hispânica e no Brasil; José Paulo Germano, doutor pelo Prolam, preferiu a ficção televisiva e sua presença nos cotidianos urbanos da AL; Eliana Ganey, mestre na ECA e doutora no Prolam, descobriu as regulações intergrupais e o revolucionário fluxo de comunicação nos Alcoólicos Anônimos, uma contribuição original dos latino-americanos; para a médica infectologista Sônia Gerales, que desenvolveu o mestrado no Prolam, o desafio era compreender o que havia de equivocado nas campanhas preventivas de AIDS e propôs a discussão para especialistas da área de saúde e para os comunicadores sobre a falência da linguagem persuasiva da ciência; Dimas Kunsch, mestre no Prolam, doutor na ECA, também demonstrou essa mesma linguagem autoritária em revistas religiosas da América Latina e nas grandes revistas brasileiras; Aparecida Célia Camboim se lançou, em um mestrado da ECA, às questões ambientais e a cobertura da imprensa, no início dos 1990, que agora conta com um novo avanço no doutorado, pelo Prolam, de Eduardo Geraque, desta vez refletindo sobre a cobertura latino-americana e a emergência de uma

nova abordagem, sistêmica, que a mídia ainda não concebe; Renato Braz Seixas, advogado e professor de Direito, mestre e doutor pelo Prolam, contribuiu para a pesquisa com a descrição e análise das políticas públicas de proteção ao consumidor na América Latina e hoje interpreta, com originalidade, a publicidade e o cruzamento da globalização e as identidades locais; Lucilene Cury, embora doutora pela ECA, trabalhou com a experiência da radiofonização de contos latino-americanos com a presença interativa de crianças; Genny Amayo, doutora pela ECA, traçou o quadro da rádio pública em São Paulo; na linha de desbravar as diferenças entre o público, o privado e o estatal, Teresa Otondo, doutoranda pelo Prolam, está delimitando práticas e conceitos na televisão latino-americana.

No rol dessas contribuições específicas à massa crítica da América Latina, há de se acrescentar os trabalhos de outros pesquisadores que representam a nova epistemologia da comunicação social a partir da Universidade de São Paulo: Rogério Chrisofolletti (doutor), Ana Tais Portanova de Barros (mestre e doutora), o colombiano Raul Vargas (mestre e doutor), Vilma dos Santos (mestre), Fernando Resende (doutor), Patrícia Patrício (mestre e doutoranda) Toni André Schalau (mestre e doutor), Sandra Santos (mestre e doutoranda), Débora Lerrer (mestre), Valdir de Castro Oliveira (doutor), Ruth Reis (mestre), João Somma Neto (mestre), Annelina Lima (mestre e doutora), Francisco Karam (mestre), Santa Maria Silveira (doutora), Fátima Dantas da Costa (mestre), a colômbiana Janis Shiley Peña (doutoranda), Katiúscia da Cunha Lopes (mestranda). Este grupo e outros pesquisadores que vêm se agregando à visão transformadora da comunicação social mantêm uma rede pragmática das teorias estudadas. De alguma forma atuam na educação superior, nas mídias tradicionais e nas novas mídias, se associam a grupos autônomos, inovam nos espaços de trabalho ou promovem a despoluição de ambientes saturados pela rotina.

As linhas de pesquisa que se multiplicaram nesse grupo latino-americano alcançam práticas comunicativas que vão das linguagens à apropriação de multimídias no processo de inclusão à cidadania e ao diálogo social. O que se propõe não parte exclusivamente nem da estética nem das tecnologias, mas de uma visão de mundo enraizada na América e, acima de tudo, no *Hemisfério Sol*. Vem de longe a voz do Sul, basta recorrer à narrativa ensaística e à Arte para se encontrarem marcas digitais dos autores latino-americanos, descobertos e redescobertos, com recorrência histórica, no *Hemisfério Noite*. Os teóricos da Cultura também têm presença garantida nos encontros, congressos e seminários dos países do Norte. Na área de comunicação, entre os eventos da *International Association for*

Mass Communication Research (IAMCR), fundada na Unesco em 1957 e liderada pelo Norte, a presença da América Latina foi fundamental quando, três décadas depois, constituiu a *Latin American Association of Researchers in Communication* (ALAIIC). Em um cenário de apoteose expansionista das “novas tecnologias”, o congresso realizado em Barcelona em 1988, revelou a pujança de pensamento dos latino-americanos, quando se trata de trazer a comunicação para o contexto histórico e cultural. Enquanto os pesquisadores belgas, norte-americanos, franceses, canadenses ou alemães discutiam, nesse momento, os investimentos em máquinas, os pesquisadores do Hemisfério Sul, liderados pela América Latina, aliados aos catalães (hospedeiros do Congresso), insistiam no tema das autonomias culturais versus a homogeneização dos significados sociais que se tecem na malha tecnológica.

GUERRILHA HOMEOPÁTICA

A inquietude cultural da inteligência latino-americana não impede que se sucedam estratégias emergentes para modernizar ou implementar novos equipamentos. Mas os teóricos locais se recusam a abandonar a essência do processo – o Direito Social à Informação. Um projeto universitário de formação do jornalista, na minha concepção de teoria e prática, que data do final dos anos 1950 no Brasil, tem como eixo a concepção democrática da dialogia. As pesquisas atestam a ênfase na oficina pedagógica que dá voz aos gritos dos desajustados, aliás, presentes na arte de todos os tempos. A informação cotidiana e, em particular, a reportagem-ensaio autoral expressam, nas narrativas da contemporaneidade a *guerrilha homeopática* (para citar Pedro Nava, médico, ensaísta e escritor) que se trava nas sociedades do Hemisfério Sol. Além do registro poético, da ciência comprometida com as demandas sociais, humanas, ambientais, da sociedade civil organizada, dos políticos que *escutam a respiração das ruas* (proposta de Mário Soares numa campanha eleitoral dos anos 1990 em Portugal) e dos repórteres que desbravam o território do cotidiano dos anônimos, não se pode omitir que alguns fatos da comunicação social acontecem no reino da indústria cultural.

Por vezes o maniqueísmo que aprisiona as mentalidades não permite compreender contradições no estado de coisas e o pessimismo se traduz em abstração impotente. No dia-a-dia e nas circunstâncias que disparam esse pessimismo há sempre um foco possível que mostra a capacidade de o ser humano se reorganizar no caos e transformar a impotência em atos emancipatórios. Aprendi a lidar com essa noção na vida simbólica, acima de tudo

através da arte, e no contato direto com a realidade social como repórter. Fui encontrando também na reflexão ensaística e na ciência dura (a exemplo da visão de mundo de Ilya Prigogine) o reforço conceitual da experiência viva nas narrativas da contemporaneidade e da consciência dilacerada na literatura. O território latino-americano oferece oportunidades ímpares de sensibilização, energia indispensável para a *ação racional solidária*. Neste domínio vêm à tona outras referências bibliográficas das neurociências como o português Antonio Damásio, o colombiano Luis Carlos Restrepo e o brasileiro Henrique Del Nero. Uma oficina de metodologia da construção científica não pode abstrair esta viagem interdisciplinar, assim como o conhecimento acadêmico em muito ganha com a indisciplina da Arte. Cultura e Comunicação Social abrem clareiras para todos os inusitados cruzeiros disciplinares, mas os poetas indicam rotas de antecipação.

Assim aconteceu com a Viagem à África, que sacudiu a poeira do racionalismo estrábico que nos tenta nos escaninhos da Academia. Ao mergulhar nas realidades e nas literaturas dos Cinco da África – Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, na ordem da viagem –, foi preciso enfrentar o velho Adamastor, esse monstro da inviabilidade histórica. Na África, trágico espetáculo da miséria, da guerra, dos desmandos políticos, é possível perceber a tênue dinâmica dos povos sofridos, deserdados universais. Em 1986, quando trabalhava no livro *Sonha Mamana África*, não acreditava, num primeiro momento, que países assolados por tais mazelas chegassem ao século XXI. No entanto, a criançadinha da rua e os textos de seus poetas me ensinaram a apostar no futuro, a proclamar que, sim, as sociedades africanas enfrentariam os terríveis desafios – o título do livro saiu desse *insight*. Ou melhor, partilhando com o escritor moçambicano Calane da Silva minha dor e meu pessimismo, perguntei-lhe se a África podia sonhar... Estávamos em um bar austero de Maputo, na noite de 20 de setembro de 1986, e ele pegou um guardanapo de papel e me respondeu:

ainda achas que temos sonhos
ainda achas que estamos vivos
não achas que nós, vivos,
estamos perdidos
pessoano não sou
venho do bairro limítrofe
onde a pólvora do mundo
conosco acabou

Já vamos navegando na primeira década do século XXI, as utopias resistem e confirmam o tom afirmativo do título do livro que escrevi, nos anos 1980, sobre as literaturas dos Cinco do Continente (Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde): *Sonha Mamana África*. Os moçambicanos consagraram no uso, a palavra *mamana*, ou seja, nada mais expressivo do que expandir esse grande ventre humano. Afinal, ao que tudo indica, da mãe África nasceu o *sapiens* que, na sua diáspora, tantos desatinos cometeu. Ao fim e ao cabo, se refaz o sonho nesse e em tantos outros territórios massacrados pela miséria e a desesperança. *O Signo da Relação, Comunicação e Pedagogia dos Afetos*, meu mais recente livro que está no prelo, reafirma os laços atados e desatados nas últimas cinco décadas: a busca incessante da dialogia alimenta, nos desatados e nos desencantos, a oficina coletiva. Muitas mãos e reflexão pavimentam, a caro custo, o Direito Social à Informação que nada mais é do que o Direito à Cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁZAR, Migdalia Pineda de, *Antonio Pasquali: el maestro y su utopía*, entrevista publicada na revista *Ciencias de la Comunicación*, año II, número 2, enero/junio 2005, ALAIC.

DAMASIO, António. *O Erro de Descartes, Emoção, Razão e Cérebro Humano*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

DEL NERO, Henrique. *O Sítio da Mente, Pensamento, Emoção e Vontade no Cérebro Humano*. São Paulo, Collegium Cognitio, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul*, ensaio publicado na *Revista Estudos Avançados* da Universidade de São Paulo, vol. 19 nº 55, setembro-dezembro 2005.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e subdesenvolvimento*, in *A educação pela noite e outros ensaios*, São Paulo, ed. Ática, 1987.

FRANCO, Augusto. *Solidariedade: opção ético-política*, in MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (organizadores), *Saber Plural, Novo Pacto da Ciência 3*, São Paulo, ECA/USP, 1994.

QUIJANO, Aníbal. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*, ensaio publicado na *Revista Estudos Avançados* da Universidade de São Paulo, vol. 19 nº 55, setembro-dezembro 2005.

MEDINA., Cremilda. *Interacción, la ley del mundo (o la voz madura de América Latina)*, ensaio publicado na revista *Dia.logos de la Comunicación*, fascículo nº 4, año 1990, Lima Felafacs.

_____. *Sonha Mamana África*, São Paulo, Edições Epopéia, 1987.

_____. *A Posse da Terra, Escritor Brasileiro Hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 (vide texto sobre Pedro Nava em que o autor utiliza a metáfora da guerrilha homeopática).

MEDINA, Sinval. *Tratado da altura das estrelas*, romance. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro-Editora da PUC/RS, 1997.

_____. *Jeito brasileiro de estar no mundo*, ensaio in MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (organizadores), *Sobre vivências, Novo Pacto da Ciência*, São Paulo, ECA/USP, 1995.

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I., *A nova aliança*, Brasília, Ed. Da UnB, 1984.

RESTREPO, Luis Carlos. *Direito à Ternura*. Petrópolis, ed. Vozes, 1998.

SOUZA, Herbert de. *A alma da fome é política*, in MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (organizadores), *Saber Plural, Novo Pacto da Ciência 3*, São Paulo, ECA/USP, 1994.